



Presidente viaja hoje para Suíça, onde discutirá os rumos do capital financeiro durante o Fórum Econômico Mundial

27 JAN 1999 JORNAL DE BRASÍLIA

Suíços pedem proteção a capital estrangeiro

Investidor teme desapropriação de terra

MARCIA GOMES
Enviada especial

ZURIQUE (Suíça) - Assim que o presidente Fernando Henrique Cardoso chegar a Davos, na Suíça, na próxima sexta-feira, ouvirá dos empresários que participam do World Economic Forum (WEF) a posição firme de que a política de livre atuação do mercado não é suficiente para resolver todos os problemas econômicos de um País. O debate deste assunto está programado para o sábado, quando o Presidente participará de uma mesa redonda com Lion Brittan, vice-presidente da Comissão da União Européia (UE), que é o órgão executivo da UE, e o investidor George Soros.

O primeiro pronunciamento do Presidente está previsto para sexta-feira no Centro de Convenções de Davos. Fernando Henrique deverá fazer uma exposição sobre a atual situação econômica do Brasil, com destaque para a estabilidade da moeda, para atrair investimentos estrangeiros, principalmente para as privatizações. Os suíços já demonstraram interesse no setor de telecomunicações e energia elétrica brasileiros. Uma das resistências que o Presidente encontrará é a posição conservadora dos empresários suíços, que

deverá ser cuidadosamente trabalhada durante esta visita.

Os suíços também aguardam a aprovação no Congresso Nacional de um acordo assinado com o governo brasileiro, em 1994, para Promoção e Proteção de Investimentos Estrangeiros. Este acordo está nas mãos do deputado Benito Gama (PFL-BA), que preside a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. Os estrangeiros não querem correr o risco de ter seus investimentos, que podem ocupar áreas na zona rural, desapropriados e em troca receber um papel desvalorizado no mercado, como é o caso do Título da Dívida Agrária (TDA).

Como a reforma agrária é um programa previsto pela Constituição brasileira, os termos do acordo deverão ter uma espécie de "atalho" constitucional para dar uma garantia a mais aos investimentos estrangeiros no País. Os deputados ainda não chegaram a um consenso sobre este assunto. Enquanto durar o impasse, os acordos que o governo brasileiro assinar não podem entrar em vigor. Há a expectativa de uma solução até abril deste ano, quando o Presidente fará uma viagem a Espanha e gostaria de fazer o mesmo acordo com o governo espanhol.